

Assuntos relacionados às proteções de OGI

Sessão 2

Índice

| | | | | | |
|---|-----|--|-----|-------------------------------------|-----|
| Proposta da liderança para ações do GAC | p.1 | Status atual e acontecimentos recentes | p.2 | Principais documentos de referência | p.4 |
|---|-----|--|-----|-------------------------------------|-----|

Objetivo da sessão

O GAC (a) revisará os acontecimentos recentes do EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGI, inclusive a publicação do Relatório Inicial e comentários do GAC enviados para o EPDP e (b) participar de discussões da consulta do GAC com a Diretoria da ICANN sobre as proteções de OGI.

Proposta da liderança para ações do GAC

1. O GAC analisará o status atual e participará em discussões sobre o Relatório Inicial do EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGI e contribuições posteriores dos comentários públicos do GAC.
2. Discussão sobre os acontecimentos relevantes na consulta do GAC com a Diretoria da ICANN sobre as Proteções de OGI.
3. O GAC conversará sobre um possível processo para gerenciar mudanças na lista de OGI do GAC de nomes completos de OGI que deverão ser reservados em novos gTLDs.

Status/acontecimentos recentes para consideração pelos membros do GAC

Em agosto de 2021, o Conselho da GNSO tomou a decisão processual de que a Linha de Trabalho de Proteção de Direitos de Reparação de OGI dar-se-á seguimento ao seu trabalho por meio de um EPDP (Expedited Policy Development Process, Processo de Desenvolvimento de Políticas Rápido).

O escopo do trabalho do EPDP permanece o mesmo.

Em 14 de setembro de 2021, o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGI publicou seu [Relatório Inicial](#) para [Comentários Públicos](#).

Esse Relatório Inicial se concentra, em geral, na Recomendação 5 do PDP de Acesso de OGI/ONGI a Direitos de Reparação, que o Conselho da GNSO decidiu não aprovar, e encaminhou isso para o trabalho de PDP de RPMs da Fase 2 (que agora é o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação de OGI).

A Recomendação 5 do PDP de Acesso de OGI/ONGI a Direitos de Reparação pretendia solucionar uma situação em que uma OGI vence um processo de UDRP (Uniform Domain Name Dispute Resolution Policy, Política de Resolução Uniforme de Disputas de Nomes de Domínio) ou URS (Uniform Rapid Suspension, Suspensão Rápida Uniforme) e o registrante concedente ajuíza uma ação e a OGI alega imunidade nessa jurisdição. A Recomendação 5 afirmava que, nesse caso, a decisão original do painel de UDRP ou URS seria “deixada de lado” de modo que o efeito será colocar as partes da disputa em suas situações originais, como se o procedimento de UDRP ou URS em que a OGI foi vencedora nunca tivesse sido iniciado.

Durante as deliberações do Conselho da GNSO sobre o Relatório Final do PDP de Acesso de OGI/ONGI a Direitos de Reparação, foram manifestadas preocupações sobre se a Recomendação 5 seria adequada para isso, ressaltando também que seria necessário fazer uma modificação significativa na UDRP e URS e também resultaria em uma possível redução do nível existente de proteções de reparação disponíveis atualmente para as OGI.

Recomendações preliminares:

A equipe do EPDP chegou a várias conclusões e recomendações preliminares para solucionar a questão do acesso de OGI à proteção de direitos de reparação dentro do seu escopo, de acordo com as instruções do Conselho da GNSO, conforme documentado em seu regulamento.

A equipe do EPDP chegou a um acordo inicial sobre os seguintes pontos:

1. adicionar uma definição para “OGI Reclamante” às Regras atuais aplicadas à UDRP e URS para facilitar uma demonstração de direitos por uma OGI para dar continuidade a uma ação contra um registrante (na ausência de uma marca registrada);
2. esclarecer que uma OGI Reclamante estaria isenta do atual requisito de declarar que “enviará, com relação a quaisquer contestações a uma decisão no procedimento administrativo cancelando ou transferindo o nome de domínio para a jurisdição dos tribunais em pelo menos uma Jurisdição Mútua especificada”;

3. incluir uma opção de arbitragem voluntária após a decisão inicial do painel de UDRP ou URS, para solucionar como reconhecer a imunidade jurisdicional de uma OGI e, ao mesmo tempo, preservar a capacidade de um registrante de ajuizar uma ação.

No entanto, a equipe do EPDP não concordou sobre o seguinte:

- se a opção de arbitragem permanecerá disponível para um registrante após o resultado de um processo judicial iniciado pelo registrante em que o juiz recusa ouvir o mérito do caso; e
- qual seria a opção legal aplicável para qualquer arbitragem com a qual as partes concordem.

Além de contribuir para o trabalho do EPDP, o GAC está se concentrando nas seguintes questões relacionadas às proteções de OGIs:

1. Tentar solucionar os problemas antigos criados pela divergência de recomendações de políticas apresentadas à Diretoria da ICANN pela GNSO e pelo Conselho do GAC sobre as proteções dadas às OGIs.
2. Especificamente, abordar as preocupações de que as imunidades de OGIs (garantidas por leis nacionais e internacionais) não tenham sido consideradas devidamente no Relatório Final do PDP WG da GNSO sobre o Acesso de OGIs aos Mecanismos de Proteção de Direitos de Reparação, [adotado](#) parcialmente pelo Conselho da GNSO (18 de abril de 2019) sobre o qual o GAC [aconselhou](#) à Diretoria da ICANN se “*abster de tomar uma decisão sobre essas recomendações para permitir, entre outras coisas, que as partes tenham tempo suficiente de analisar opções possíveis para avançar*” em uma carta para a Diretoria da ICANN em 20 de agosto de 2019.

Como [resposta](#), a Diretoria da ICANN informou ao GAC (15 de outubro de 2019) que iria montar um Comitê da Diretoria para as recomendações 1, 2, 3 e 4 do PDP WG da GNSO. Posteriormente, um processo de consulta da Diretoria/GAC sobre as Proteções de OGIs foi iniciado e ainda está em andamento.

3. Revisar o processo para garantir que a [Lista de OGIs de 22 de março de 2013](#) do GAC esteja atualizada¹, o mais completa possível e seja revisada no futuro, de maneira consistente com o [Conselho](#) no [Comunicado do GAC de San Juan](#), em resposta ao qual a Diretoria [sugeriu](#) um estudo de viabilidade.

¹ De acordo com um conjunto de [critérios](#), conforme incluído na [carta](#) à Diretoria da ICANN do dia 22 de março de 2013 que apresentou a lista de OGIs.

Principais documentos de referência

- [Relatório inicial e recomendações preliminares do Processo de Desenvolvimento de Políticas Rápido de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para Organizações Governamentais Internacionais \(OGIs\)](#)
- [Resposta do GAC à Diretoria da ICANN esclarecendo perguntas sobre o Comunicado do ICANN71 – Proteções de OGIs](#) (7 de outubro de 2021)

Mais informações

- Documento de referência de políticas do GAC sobre Proteções de OGIs:
<https://gac.icann.org/briefing-materials/public/gac-policy-background-igo-protections.pdf>

Administração do documento

| | |
|-----------------------------|---|
| Título | Sessão de resumo do GAC do ICANN72 – Proteções de OGIs |
| Distribuição | Membros do GAC (antes do encontro) e público (depois do encontro) |
| Data de distribuição | Versão 1: 24 de setembro de 2021 |